

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O LAZER: uma análise das publicações nas revistas brasileiras LICERE e RBEL

Cláudia Márcia Barbosa¹
Edson José Carpintero Rezende²
Cristiane Miryam Drumond de Brito³
Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO: O objetivo deste estudo foi avaliar as produções científicas sobre a inserção da pessoa com deficiência no campo do lazer, em duas revistas brasileiras que estudam o lazer: LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG e RBEL - Revista Brasileira de Estudos do Lazer, desde a primeira edição de cada revista até dezembro do ano de 2019. Foram utilizadas as palavras-chave: “pessoa com deficiência” e “lazer”. Os critérios de exclusão adotados foram: publicações em forma de resumo de dissertações ou teses, editorial, bem como os artigos que não se encontravam disponíveis na versão *online* da plataforma. Na busca foram encontrados nove artigos e oito artigos seguiram para análise, pois um dos artigos não estava disponível na plataforma. A partir da leitura de todos os artigos disponíveis, a inserção social e as acessibilidades do lazer para pessoas com deficiência foram as temáticas tratadas na maioria deles. Apesar de ser um tema de relevância, estudos que objetivaram investigar o lazer e pessoas com deficiência ainda são escassos, visto que em 21 anos de publicações, nas duas revistas brasileiras foram encontradas apenas nove produções com a temática proposta.

Palavras-chave: Lazer. Pessoa com Deficiência. Acessibilidade. Inserção Social.

PEOPLE WITH DISABILITIES AND LEISURE: an analysis of publications in Brazilian journals LICERE and RBEL

ABSTRACT: The aim of this study is to evaluate the scientific productions about the inclusion of people with disabilities in the field of leisure, in the magazines two Brazilian journals that study leisure: LICERE - Journal of the Interdisciplinary Postgraduate Program in Leisure Studies / UFMG and RBEL - Brazilian Journal of Leisure Studies, from the first issue of each magazine until 2019. The keywords “disabled person” and “leisure” were used. The exclusion criteria adopted were: publications in the form of abstract dissertations or theses, editorial, as well as articles that were not available in the online version of the platform. We found nine articles and by the exclusion criteria eight articles followed for analysis. From the exhaustive reading of the articles, two categories were established: social insertion and leisure accessibility for people with disabilities. Despite being a relevant topic, studies that aimed to investigate leisure and people with disabilities are still scarce, since in 21 years of publications, in the two Brazilian magazines were found only nine productions with the proposed theme.

Keywords: Leisure. Person with disabilities. Accessibility. Social insertion.

¹ Mestre em Estudos Interdisciplinares do Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do grupo de pesquisa Conhecer e Superar/UFMG. Email: claudiambarb@gmail.com

² Pós doutorado em Estudos Interdisciplinares do Lazer. Universidade do Estado de Minas Gerais. Design em interface com a saúde / Design social. Email: edson.carpintero@gmail.com

³ Doutora em comunicação e Semiótica- PUC/SP. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do grupo de pesquisa Conhecer e Superar/UFMG. Email: cdrumonddebrito@gmail.com

PERSONAS CON DISCAPACIDAD Y OCIO: un análisis de las publicaciones en las revistas brasileñas LICERE y RBEL

RESUMEN: El objetivo de este estudio es evaluar las producciones científicas sobre la inclusión de personas con discapacidad en el campo del ocio, en dos revistas brasileñas que estudian el ocio: LICERE - Revista del Postgrado Interdisciplinario en Estudios del Ocio / UFMG y RBEL - Revista Brasileña de Estudios del Ocio, desde el primer número de cada revista hasta 2019. Se usaron las palabras clave “persona discapacitada” y “ocio”. Los criterios de exclusión adoptados fueron: publicaciones en forma de disertaciones o tesis abstractas, editorial, así como artículos que no estaban disponibles en la versión *online* de la plataforma. Se encontraron nueve artículos y según los criterios de exclusión se siguieron ocho artículos para el análisis. A partir de la lectura exhaustiva de los artículos, se establecieron dos categorías: inserción social y accesibilidad al ocio para personas con discapacidad. A pesar de ser un tema relevante, los estudios que tuvieron como objetivo investigar el ocio y las personas con discapacidad aún son escasos, ya que en 21 años de publicaciones, en las dos revistas brasileñas, se encontraron solo nueve producciones con la temática propuesta.

Palabras clave: Ocio. Persona con discapacidad. Accesibilidad. Inserción social.

Introdução

Com base no Censo 2010, divulgado pelo IBGE, aponta-se que 45,6 milhões de pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira. A maior parte delas vive em áreas urbanas - 38.473.702, ante 7.132.347 nas áreas rurais. Transformando em números absolutos aproximamos de 760 milhões de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência e essa distribuição é desigual. A concentração de pessoas com deficiência chega a ser de 80% em países com nível socioeconômico mais baixo e o acesso a bens e serviços para pessoas com deficiência nestes países é muito precário (WHO, 2011).

Os diversos tipos de deficiência observáveis são adquiridos por acidentes e por algum tipo de doença adquirida durante o percurso da vida e/ou congênitas. No entanto, para compreender as pessoas com deficiência e seu engajamento no cotidiano é necessário conhecer o contexto em que vivem, as suas oportunidades, além de suas questões corporais. Assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu um instrumento, a CIF (Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), que considera o indivíduo com deficiência em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Essa abordagem tem sido orientadora de ações em todos os campos de pesquisas em várias partes do mundo. Aqui neste artigo iremos centrar na dimensão do lazer.

A constitucionalização do conceito de deficiência no Brasil se deu em 2006, a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU. A partir da Lei nº 13146, de 06 de julho de

2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, surge o termo “pessoa com deficiência” (PCD):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, Art. 2°).

O termo usado no singular Pessoa Com Deficiência respeita a particularidade da pessoa, representando um grupo de pessoas iguais entre si (FOGANHOLI; GONÇALVES JUNIOR, 2015). Com base nos estudos, o termo utilizado nessa produção será Pessoa com Deficiência.

Nos estudos do lazer há pensamentos distintos sobre seu conceito. Como atitude o lazer é caracterizado como estilo de vida, independente de um tempo determinado, em decorrência da ligação estabelecida entre o sujeito e a experiência vivida (MARCELLINO, 2000b). A outra investida refere-se a um período de “tempo livre”, em que se considera lazer, as atividades praticadas fora do tempo de trabalho profissional, das obrigações familiares, religiosas e sociais (MARCELLINO, 2000a). Para Gomes (2004), se seguirmos esses parâmetros, a existência do lazer estaria condicionada ao trabalho e aos usos do tempo livre em contextos urbanos e industrializados, os quais são fortemente marcados pela fragmentação do tempo e do espaço. Por certo, se ficarmos reféns dessa lógica, seguiremos inviabilizando, silenciando e marginalizando o lazer em determinados contextos.

Nesse âmbito, compreende-se o lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura que constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presentes na vida cotidiana, em todos os tempos, lugares e contextos (GOMES, 2004). Da utilização para reabilitação física até a utilização como direito do ser humano, o lazer para a PCD conquistou avanços⁴, embora ainda deixe a desejar. Segundo Sasaki (2009), as mudanças no campo do lazer deverão ocorrer em diversas dimensões, sendo elas as dimensões arquitetônicas, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Vale ressaltar que todas essas dimensões supracitadas estão imersas em processos culturais.

Quando é dado à pessoa com deficiência o direito de exercer o controle de sua própria vida, de ter domínio e vivências espera-se que o indivíduo se torne fortalecido; agregando a ele os valores de autonomia, independência, empoderamento e equiparação de oportunidades (SASSAKI, 2003). A inclusão neste contexto deverá ocorrer através da modificação do sistema, a fim de que sejam eliminadas as barreiras físicas e sociais dentro dos ambientes, de maneira que todas as pessoas, cada uma com

⁴ Um dos exemplos desses avanços foi garantir espaços reservados para PCD em locais públicos e privados destinados ao lazer, como cinema, teatros, shows, etc.

sua individualidade e característica, possam usufruir dos espaços, sem que haja algum transtorno.

Visto que o lazer é uma necessidade humana (GOMES, 2004) e é direito garantido na constituição brasileira⁵ (BRASIL, 1988), e que como cidadão brasileiro, a pessoa com deficiência, tem direito a usufruir de atividades de lazer, nos ambientes destinados a ele (público ou privado, com segurança e sem discriminação), o objetivo deste estudo foi analisar as produções científicas sobre a inserção da pessoa com deficiência no campo do lazer, desde a primeira edição em abril de 1998 da revista LICERE Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG e, em janeiro de 2014 da RBEL - Revista Brasileira de Estudos do Lazer até a última edição de ambas as revistas em 2019.

Metodologia

A técnica de bibliometria foi utilizada nesse estudo, com o intuito de acompanhar as publicações de pesquisas apenas nas revistas: LICERE e RBEL por meio de suas plataformas *online*. Trata de uma “técnica quantitativa e estatística que permite medir índices de produção e disseminação do conhecimento, acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e os padrões de autoria, publicação e uso dos resultados de investigação” (ARAÚJO, 2006, p.12). Foi realizada uma revisão integrativa de literatura e seguiu os seguintes passos: definição do tema da pesquisa, os critérios de inclusão, leituras dos títulos, palavras-chave, resumos e texto completo, dos quais foram selecionados os artigos para a revisão e organizados, categorizados e interpretados. Esses periódicos são atualmente os dois principais no campo dos Estudos do Lazer no Brasil, caracterizando-se como uma importante fonte de busca de evidência científica e de divulgação da produção do conhecimento e da intervenção na área. Foram utilizadas as palavras-chave ‘lazer’ e ‘pessoa com deficiência’. Não havia outros termos similares como, por exemplo, necessidades especiais, pesquisados em todas as revistas desde a primeira edição da Licere, setembro de 1998 até a última edição em dezembro do ano de 2019, e da primeira edição da RBEL em maio de 2014 à última edição referente a 2019 que foi publicada em maio de 2020. O idioma adotado foi o português. Foram excluídas as publicações em forma de resumo de dissertações ou teses, editorial, bem como os artigos que não se encontravam disponíveis na versão on-line da plataforma.

⁵ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art.227).

Resultados e discussão

Procederam-se à leitura dos resumos nas revistas LICERE e RBEL, buscando identificar dados correspondentes à inserção da pessoa com deficiência no lazer. A revista LICERE, desde sua primeira edição até o ano de 2019, publicou 22 volumes e 62 exemplares, dos quais apenas oito publicações com o tema foram encontradas. Porém, um era resumo de tese. Dos sete artigos encontrados, um não se encontrava à disposição na plataforma, portanto, por falta de acesso não foi incluído. A RBEL desde seu primeiro exemplar até o ano de 2019 publicou seis volumes e quinze edições, dos quais apenas dois artigos abordaram o assunto. Finalizando essa busca, após a seleção dos artigos encontrados, realizou-se a leitura dos artigos na íntegra. Eles foram separados em duas tabelas.



Tabela 1. Resultados encontrados da análise dos artigos da Revista LICERE.

LICERE			
AUTOR (DATA)	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS
<p>ARAÚJO, Carolina Dutra de; CÂNDIDO, Débora Regina Campos; LEITE, Márvio Fonseca. (2009)</p>	<p>Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais.</p>	<p>Avaliar as condições de conservação e adequação dos espaços de lazer público no município de Barra Mansa- RJ.</p>	<p>O lazer para pessoas com necessidades especiais, nomenclatura utilizada pelos autores, tem disso um componente importante para integração na comunidade, aumento de autoestima, desenvolvimento e descobertas de novas potencialidades individuais.</p> <p>Importância de promover acessibilidade em ambiente construído é uma forma de proporcionar autonomia, segurança e construindo um direito universal.</p>
<p>SILVA, Junior Wagner Pereira da; TOSTA, Quézia Pinheiro; OTTO, Henrique Rossi; BELLINCANTA, Jéssica Martinez; LINS, Ângela Cristina Santos Gil. (2013)</p>	<p>Parque Itanhangá e acessibilidade às pessoas com deficiência física e visual.</p>	<p>Investigar o nível de acessibilidade em parque público de lazer na cidade de Campo Grande – MS.</p>	<p>Constata-se que há uma ineficiência nas políticas públicas de lazer na cidade de Campo Grande - MS e a população com deficiência não é contemplada. As vias públicas não obedecem às normas da ABNT de 2004, dificultando a circulação e acesso das pessoas em espaços externos a casa. Não há sinalização tátil, nos parques não há delimitação de vaga ou espaço reservado.</p> <p>Existência de barreiras arquitetônicas, o transporte coletivo é inadequado para pessoas com deficiência, incluindo superlotação e trajetória longa para ir aos espaços de lazer.</p> <p>Falta de adaptação dos locais dificulta o deslocamento da PCD.</p> <p>O poder público não tem promovido a acessibilidade programática e metodológica, a partir do momento que inexistem ações políticas para esse público.</p>

<p>SILVA, Junior Vagner Pereira da; SILVA, Dirceu Santos; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. (2018)</p>	<p>Políticas Públicas de Esporte em Parques e a Inclusão de Pessoas com Deficiência</p>	<p>O objetivo é analisar se as políticas públicas de esporte e lazer em parques de Campo Grande/MS promovem a acessibilidade metodológica e programática das pessoas com deficiência</p>	<p>A inclusão de pessoas com deficiência foi verificada apenas em um parque, promovida por uma ONG.</p> <p>Os programas analisados não adaptaram as regras com ênfase na acessibilidade metodológica e inclusão de todas as pessoas.</p> <p>O direito de acessibilidade programática e metodológica das pessoas com deficiências nas práticas de esporte e lazer de Campo Grande/MS tem sido violado.</p>
<p>FOGANHOLI, Cláudia; GONÇALVES JUNIOR, Luiz. (2015)</p>	<p>Lazer de pessoas com deficiências: significando, aprendendo e ensinando.</p>	<p>Compreender os processos educativos decorrentes da prática de lazer social de pessoas com deficiências físicas e visuais que frequentam clubes sócios recreativos na cidade de São Carlos-SP.</p>	<p>O lazer como inserção social é visto como troca de experiências, uma prática social capaz de combater o preconceito; suprir as necessidades do indivíduo e através dessas práticas. É um poderoso momento de humanização, pois levam em consideração as particularidades da pessoa com deficiência e sua inserção no meio social.</p>
<p>PEREIRA, Loren Salles Souza; BRITO, Cristiane Miryam Drumond de; RODRIGUES, Ana Amélia Cardoso. (2019)</p>	<p>O Lazer da Pessoa com Deficiência Física em Belo Horizonte: Um Estudo Preliminar</p>	<p>O objetivo dessa pesquisa foi compreender as formas pelas quais as pessoas com deficiência física se engajam em atividades de Esporte e Lazer na cidade de Belo Horizonte (MG)</p>	<p>Constata-se que há uma ineficiência nas políticas públicas de lazer na cidade de Belo Horizonte.</p> <p>Pessoas com deficiência física, em Belo Horizonte, enfrentam diversas barreiras para participar de atividades de lazer.</p> <p>Existência de barreiras arquitetônicas, o transporte coletivo é inapropriado para pessoas com deficiência, incluindo superlotação e trajetória longa para ir aos espaços de lazer.</p>

			<p>Falta de adaptação dos locais dificulta o trânsito da PCD.</p> <p>A deficiência não está ligada apenas a atributos físicos da pessoa, mas também diz respeito ao meio ao qual ela está inserida.</p>
--	--	--	---

Tabela 2: Resultados encontrados da análise dos artigos da Revista RBEL

RBEL			
AUTOR (DATA)	TÍTULO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>CONCEIÇÃO, Aline de Novaes; SILVA, Janaína Aparecida da; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e. (2017)</p>	<p>Percepções de crianças sem deficiências sobre o lazer de pessoas com deficiência física: efeitos de um programa informativo.</p>	<p>Analisar no contexto educacional, os efeitos de um programa informativo no que se refere às percepções de crianças sem deficiência sobre o lazer de pessoas com deficiência física.</p>	<p>No presente estudo, crianças sem deficiência mostraram sua percepção a respeito das crianças com deficiência em atividades de lazer, através de um programa informativo, que ressaltava a inclusão de todos.</p> <p>Verificou-se que para as crianças desse estudo não houve dificuldade para observarem que os pares com deficiência física não apenas têm o direito ao lazer, mas possuem condições de se ocuparem dessa maneira.</p> <p>Os resultados apresentados indicaram que o programa informativo produziu efeitos positivos nas concepções e atitudes sociais dos participantes, tornando-as mais favoráveis à inclusão.</p> <p>O lazer enquanto ocupação humana foi representada pelos participantes como um direito básico e comum entre pessoas com e sem deficiência, oferecendo a possibilidade de futuros relacionamentos de troca de amizades, possibilidades de “passear juntos”, “brincar juntos” e de interações baseadas no conhecimento, na empatia e na ajuda oferecida pela criança sem deficiência à criança com deficiência.</p>

<p>FARIA, Marina Dias; CASOTTI, Letícia. (2018)</p>	<p>Pessoas com síndrome de Down nos espaços extra-domésticos: a falácia do “eterno lazer”.</p>	<p>Compreender as práticas de consumo de serviços de lazer extra-domésticos por pessoas com síndrome de Down e suas famílias.</p>	<p>O lazer em pessoas com síndrome de Down é uma possibilidade de engajamento na vida social, de estar com pessoas em lanchonetes, cinema, barzinho etc. O lazer é apontado como uma potente oportunidade para socialização já que a inserção pelo trabalho eles têm muitas dificuldades.</p> <p>As famílias de pessoas com síndrome de Down buscam com maior esforço o lazer externo a casa, que as demais famílias com pessoas com outras deficiências.</p>
---	--	---	---

Menezes *et al.* (2018), em estudo recente, fez um levantamento de todas as publicações de artigos da Revista Licere de 1998 a 2017, totalizando 670 artigos. Em números reais, as publicações que trazem a temática 'lazer e pessoa com deficiência' na referida revista somavam cinco publicações, o que correspondia a menos de 1% do número total de publicações e na Revista RBEL, apenas dois artigos foram publicados em quatro anos de publicações.

Dos seis artigos estudados, cinco mostram a relevância da ideia exposta pelo autor. Corrales e Castro (2016)⁶ retratam que através da socialização durante a prática do lazer, as barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência são diminuídas. O lazer pode ser um elemento que subverta as heranças discriminatórias do processo civilizatório, no qual a pessoa com deficiência foi sendo estigmatizada (CAZINI, FRASSON, 2013). Assim, sendo o lazer pode ser um elemento em que se estabeleça relações sociais em que haja o respeito às diversidades e individualidades da pessoa com deficiência e amplie oportunidades para esse público (SASSAKI 2009). No artigo de Foganholi e Gonçalves Junior (2015)⁷, os autores concluem que o lazer é um momento de humanização e que é uma prática capaz de combater o preconceito.

Os autores Araújo, Candido e Leite (2009); Silva *et al.* (2013); Silva, Silva e Sampaio (2018); Pereira, Brito e Rodrigues (2019)⁸ mostram a importância da acessibilidade, e, ressaltam que a falta do cumprimento das leis que abarcam a acessibilidade dificultam a circulação de pessoas com deficiência em vias públicas e espaços externos a sua casa. As mudanças arquitetônica e instrumental deverão acontecer a fim de facilitar a locomoção dessas pessoas em ambientes fora de casa. No âmbito do lazer, espaços destinados a essa prática, assim como terminais rodoviários e aeroportos, devem estar atentos à adequação para a mobilidade de toda pessoa com deficiência, respeitando as limitações e particularidades de cada deficiência (SASSAKI, 2009). Acessibilidade pode ser vista de forma ampla, bem além de questões arquitetônicas. As pessoas com deficiência vivem em uma sociedade em que para acessarem bens e serviços enfrentam barreiras atitudinais como, por exemplo, o preconceito, as ambientais, essa mais associada a questões arquitetônicas e institucionais (discriminações legais) que vem impedindo as mesmas de terem acesso e participação na vida cotidiana. Por isso, é importante pensarmos o lazer para pessoa com deficiência no campo dos direitos humanos e não como algo assistencial.

A prática do lazer faz parte do desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2000) e tem sido importante para integração na comunidade, com aumento da autoestima e descobertas de novas potencialidades (ARAÚJO, CÂNDIDO, LEITE, 2009) para as pessoas com deficiência.

Outro aspecto apontado em um artigo é a família como elemento fundamental para oportunizar o lazer e o dia a dia assessorando as rotinas da pessoa com deficiência

^{5,6,7,8} Vide Tabela 1

mental (FARIA E CASOTTI, 2018). Os autores fazem um estudo das atividades de lazer nos espaços extra domésticos de pessoas com síndrome de *Down*. Concluem que famílias que possuem membros com síndrome de *Down* buscam, com maior esforço, a inclusão desses em atividades fora de casa, a fim de que possam desenvolver o direito de exercer o controle de sua própria vida e ter domínio e vivências que as fortalecerão como indivíduos (SASSAKI, 2003).

Apenas um artigo traz a importância de trabalhar junto às escolas a conscientização das crianças para uma sociedade inclusiva, a fim de que sejam exigidos pela sociedade os direitos como cidadãos para as pessoas com deficiência. Segundo Conceição, Silva e Souza (2017), para que a pessoa com deficiência tenha seu espaço de lazer estabelecido nas cidades e na sociedade, é vital que o assunto seja incluído nas discussões dentro das escolas, desde os primeiros anos de escolarização. Por meio da educação, o espírito crítico é desenvolvido. A educação para o lazer é um instrumento de defesa contra a homogeneização dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa (MARCELLINO, 2000). O tema inclusão, em toda sua abrangência tem sido trabalhado nas dinâmicas escolares, o que é fundamental como processo mobilizador da sociedade, à medida que cria nova consciência coletiva, nos mais jovens atores sociais. Para Sasaki (2009), a barreira associada à dimensão atitudinal deve ser tratada por meio da educação como um todo.

As práticas de lazer são uma necessidade humana (GOMES, 2004) e por meio da inclusão das pessoas com deficiência em todas as práticas sociais é necessário que seja garantido o exercício dos seus direitos, dentre eles o direito ao lazer e assim possa se desenvolver como cidadão (SASSAKI, 2003). Na constituição de 1988, o direito ao lazer foi garantido e considerado um direito social do trabalhador, assim é um dever do Estado promover o lazer. No entanto, o lazer para pessoa com deficiência não é mencionado na constituição e apenas em 2015 se institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na qual há um capítulo sobre o direito à cultura, esporte, turismo e lazer para a pessoa com deficiência. Praticamente em todos os artigos publicados nas duas revistas nacionais do lazer, a questão de políticas públicas e do direito ao lazer são mencionados. Constata-se que em cidades brasileiras há ineficiência de políticas públicas, ainda há desobediência a normas da ABNT, há falta de sinalização tátil, falta de delimitação de vaga para pessoas com deficiência, barreiras arquitetônicas, transporte coletivo inapropriado e tudo isso dificulta a vivência do lazer em espaços públicos de lazer. Apontam a importância de promover a acessibilidade ambiental como um direito universal às pessoas com deficiência (ARAUJO, CÂNDIDO, LEITE, 2009; SILVA *et al.*, 2013; PEREIRA, BRITO, RODRIGUES, 2019; SILVA, SILVA, SAMPAIO, 2018). O poder público não tem promovido acessibilidade de forma orgânica e programática em suas políticas públicas, às vezes ONG's tentam preencher essas lacunas (SILVA, SILVA, SAMPAIO, 2018). Então podemos observar que há necessidade de organização social para garantia desse direito que mesmo estabelecido em leis, não é

uma realidade cotidiana.

Os artigos encontrados, apontam caminhos ainda a serem percorridos em pesquisas futuras que considerem a inter-relação entre lazer e pessoas com deficiência. A história da pessoa com deficiência no processo civilizatório a partir da modernidade e o lazer dessas pessoas é algo a ser investigado, pois a modernidade tem demonstrado sua falência na construção de coesão social e justiça social para quaisquer cidadãos, acredita-se que para pessoas com deficiência isso fica ainda mais agudo.

Outro apontamento possível é a questão do aprofundamento de estudos associados a políticas públicas e aspectos como família, sociedade, preconceito, tudo isso são barreiras à participação social e que foram sendo construídas ao longo da constituição do mundo-moderno em que no processo de industrialização o lazer foi considerado em oposição ao trabalho e em tempo livre. Pessoas que não estão inseridas em processo de trabalho ou populações que vivem em outras estruturas temporais como em sociedades africanas que têm dificuldade de divisão do tempo da sociedade industrial (AQUINO, MARTINS, 2007) e populações indígenas e quilombolas aqui no Brasil, bem como pessoas com deficiência, agora associadas ao mundo do século XXI no qual a inteligência artificial vem apontando o fim do mundo do trabalho. Todas essas questões associadas a pessoas com deficiência nos apontam potenciais de pesquisa.

Consideramos um tema relevante imbricados com diversas dimensões socioculturais e políticas do Brasil e da América Latina e há necessidade de pesquisas futuras com base em outras abordagens, como uma pesquisa que está sendo realizada com referencial na epidemiologia na EEFETO- UFMG, iniciada em 2019, verificando quantitativamente como é o lazer das pessoas com deficiência auditiva, visual e física e a frequência dessas pessoas nos locais de lazer na cidade de Belo Horizonte. Destaca-se como limitação deste estudo a revisão bibliográfica realizada em apenas duas revistas com a temática 'lazer', tornando-se relevantes novas pesquisas que ampliem esta revisão considerando outros periódicos da área, visto que o tema pessoa com deficiência é bastante explorado em outras áreas do conhecimento.

Conclusões

Os assuntos tratados por estes estudos foram: políticas públicas, inserção social, família e a acessibilidade da pessoa com deficiência ao lazer, compreendendo acessibilidade arquitetônica, nas relações sociais e institucionais.

É necessário analisar se o número de artigos encontrados representa uma lacuna de pesquisas sobre lazer com pessoas com deficiência ou se as pesquisas foram publicadas em outras revistas afins ao lazer. Os estudos podem ser ferramentas úteis para avaliação e questionamentos a respeito das políticas públicas que abarcam as pessoas com deficiência e aprofundamento do conhecimento sobre o tema com uma perspectiva regional e nacional, por isso cabe uma revisão ampla em periódicos nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 set. 2020.

ARAÚJO, Carolina Dutra de; CÂNDIDO, Débora Regina Campos; LEITE, Márvio Fonseca. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 1-43, 20 dez. 2009. Artigos Originais. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/index>. Acesso em: 25 ago. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v.12, n.1, p.11-32, 2006. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Viver sem Limite – **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), 2013.

CARVALHO, R.E. La clasificación de la funcionalidad y su influencia en el imaginário social sobre las discapacidades. *In*: BROGNA, P. **Visiones y revisiones de la discapacidad**. México: FCE, 2009.

CAZINI, J. FRASSON, A.C. Voices Project: technological innovations in Social Inclusion of People with Visual Impairment. **J. Technol. Manag. Innov.**, v.8, Special Issue, ALTEC, 2013.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes; SILVA, Janaína Aparecida da; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e. Percepções de crianças sem deficiências sobre o lazer de pessoas com deficiência física: efeitos de um programa informativo. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**: RBEL, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 82-95, abr. 2017. DOI ISSN

(eletrônico): 2358-1239. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/569/387>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CORRALES, Cinthia Mayumi Saito; CASTRO, Eliane Dias de. **Passear e participar: o lazer ampliando a circulação social de pessoas com deficiência.** *Licere*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 1-28, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/issue/view/49>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FARIA, Marina Dias; CASOTTI, Letícia. Pessoas com síndrome de Down nos espaços extra-doméstico: a falácia do “eterno lazer”. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer: RBEL*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 57-79, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/576/393>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FOGANHOLI, Cláudia; GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Lazer de pessoas com deficiências: significando, aprendendo e ensinando. *Licere*, Belo Horizonte, v. 18, n.2, p. 59-95, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/issue/view/54>. Acesso em: 25 ago. 2019.

GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura.** *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan. 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 dez.2018.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer: uma introdução.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. p.14.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização.** Campinas: Papirus, 2000a.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e Educação.** Campinas: Papirus, 2000b.

MENEZES, Vilde Gomes de; COSTA, Marcos André Nunes; SANTOS, Edilson Laurentino dos; TOMASI, Cristianne Roberta Machado Cavalcante; MELO, Esdras Henrique Rangel de. A revista *Licere* e a pauta científica do lazer no Brasil de 1998 a 2017: uma revisão integrativa. *Licere*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 301-325, abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CIF: **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

PEREIRA, L. S. S.; BRITO, C. M. D. DE; RODRIGUES, A. A. C. O Lazer da Pessoa com Deficiência Física em Belo Horizonte. *Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 22, n. 4, p. 340-364, dez. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16272>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16272>. Acesso em: 07 mai. 2020.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 76 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. A inclusão nos esportes, turismos, lazer e recreação. *In*: SASSAKI, R.K. **Construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. p. 91-103.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Os novos paradigmas. *In*: SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999b, p. 27-57.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, p.6-9, jan./fev. 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p.10-16, mar./abr. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência? Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados, ano I, n. 1, p.8-11, 2003. [Texto atualizado em 2009]**.

SILVA, Junior Vagner Pereira da; TOSTA, Quézia Pinheiro; OTTO, Henrique Rossi; BELLINCANTA, Jéssica Martinez; LINS, Ângela Cristina Santos Gil. Parque Itanhangá e acessibilidade às pessoas com deficiência física e visual: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-27, fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/issue/view/63>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SILVA, Junior Vagner Pereira da; SILVA, Dirceu Santos; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Políticas Públicas de Esporte em Parques e a Inclusão de Pessoas com Deficiência. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 1-27, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1944>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1944>. Acesso em: 07 maio 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 176 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Relatório mundial sobre a ciência / The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPCd, 2012. 334 p.

Título original: World report on disability 2011. Disponível em:
<http://www.who.int/classifications>

Endereço para correspondência

Cláudia Márcia Barbosa

Rua Shirley Regina das Chagas, 50/1405. Serrano. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Edson José Carpintero Rezende

Rua Bernardo Guimarães, 1056 apto 1102. Boa Viagem. Belo Horizonte. Minas Gerais
CEP: 30140-084

Cristiane Miryam Drumond de Brito

Rua Zilah Correia de Araújo, 461 apartamento 505 bloco 1. Bairro Ouro Preto - Belo Horizonte – Minas Gerais. CEP : 31310-450

Recebido em:

07/05/2020

Aprovado em:

30/01/2021